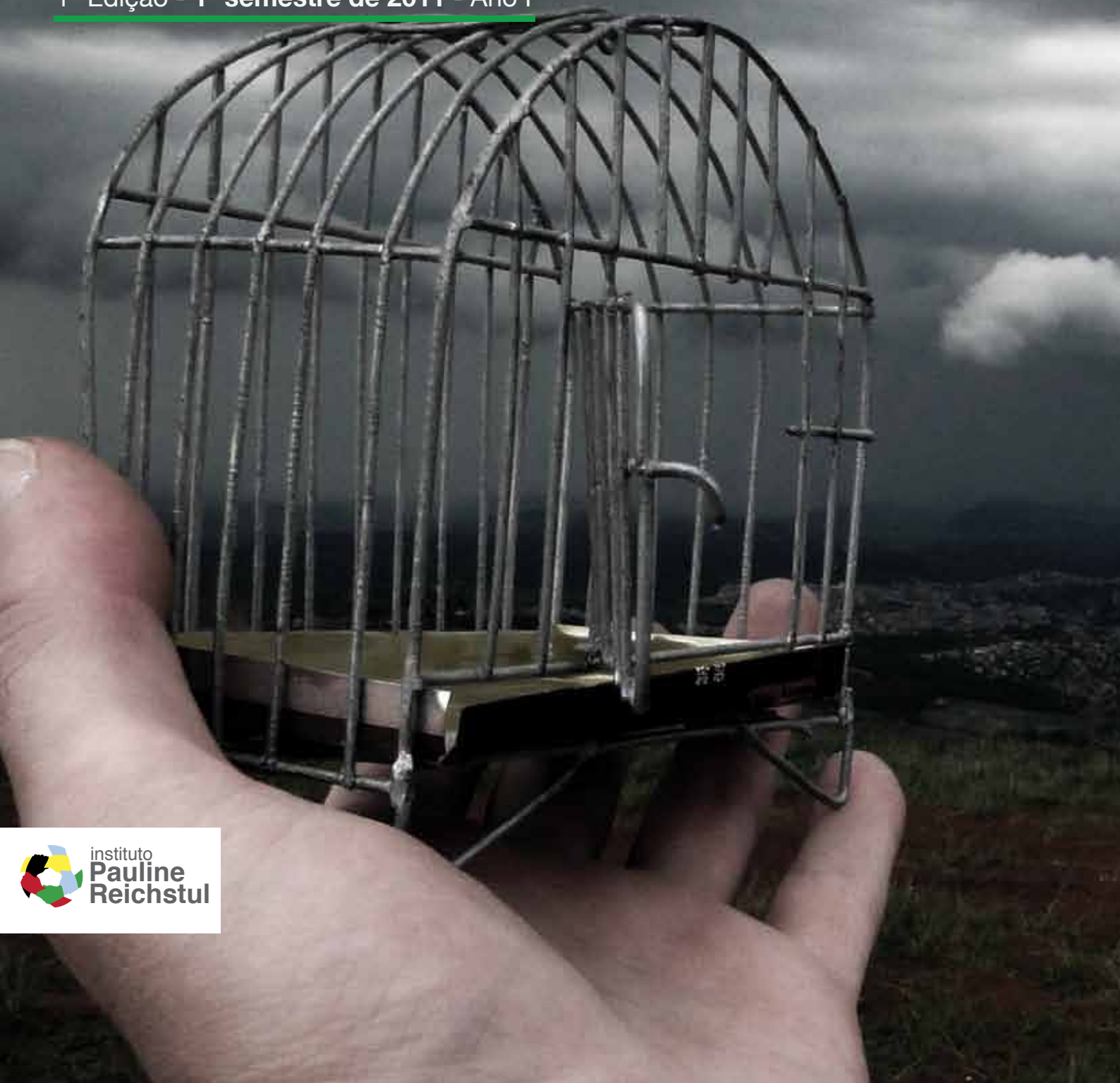


REVISTA

LIBERTO

1ª Edição - 1º semestre de 2011 - Ano I



 instituto
**Pauline
Reichstul**

Cidadãos Planetários: Conheça como foi desenvolvido esse programa de empreendedorismo juvenil.

Entrevista: Autoridade em cooperativismo, Gilvando Sá Leitão Rios fala sobre o tema.

Perfil: Marlise Matos e a luta cotidiana pelos direitos humanos.



Expediente

Instituto Pauline Reichstul (IPR)

Pedro Moreira - Presidente

Gustavo Labanca - Diretor Administrativo-Financeiro

Débora Lima - Diretora de Articulação e Projetos

Marcelo Barbosa - Membro do Conselho Administrativo Fiscal

Arthur Lauriano - Membro do Conselho Administrativo Fiscal

Projeto Editorial

Canal C – Comunicação e Cultura

Projeto Gráfico e Diagramação

Nuts – Márcio Dantas

Jornalista Responsável

Júlia Moysés

Redação

Carol Macedo e Júlia Moysés

Revisão

Amanda Mulinari e Mário Vinícius Gonçalves

Impressão

Imprimatur (Tiragem: 1.000)

Editorial

Desde que foi criado, em 2003, o Instituto Pauline Reichstul (IPR) tem a constante preocupação em elaborar, planejar e executar projetos e programas voltados à emancipação e ao empreendedorismo social, aliado ao desenvolvimento justo e solidário das comunidades onde atua. A essa atuação soma-se a ética nas relações que estabelecemos com beneficiados, colaboradores ou fornecedores, e o respeito às leis, valores que para nós são estruturais. Tudo isso converteu o Instituto em referência na elaboração e gestão de projetos sociais nos âmbitos econômico, ambiental, esportivo ou cultural.

Seguindo essa orientação, foi criado o projeto Cidadãos Planetários, cujos resultados mais contundentes lhes serão apresentados nesta publicação. Exemplo bem-sucedido de empreendedorismo juvenil, o projeto influenciou positivamente os adolescentes que dele participaram. Entendemos que números são importantes indicadores de condutas e resultados em projetos dessa natureza, mas é a transformação na vida de jovens que nos faz ter certeza de que estamos no caminho correto.

No final deste ano, o Instituto passou por uma mudança de gestão e novos objetivos foram incorporados ao seu escopo de trabalho. Se o mote do empreendedorismo juvenil era, até então, nossa mais contundente bandeira, investiremos ainda mais em ações que incentivem o associativismo e o corporativismo, por entendermos que é na economia solidária que está um futuro mais justo para o país. Além disso, continuaremos nossa atuação junto aos jovens, potencializando-a com a inclusão de projetos em áreas como o esporte e a cultura, e ainda ampliando as ações de geração de emprego e renda.

No IPR inicia-se o tempo de olhar para o futuro. Lançamos esse olhar com a certeza do potencial tanto da nossa equipe quanto das ações e projetos que propomos. Caminhar para frente, no entanto, não significa romper com o que já fizemos. Vamos em direção ao novo de mãos dadas com as conquistas já consolidadas. Afinal, nosso papel foi e sempre será criar condições para que a semente da emancipação social floresça. Ser agente de sua própria transformação é também uma forma de alcançar a liberdade e é isso o que almejamos às comunidades por nós beneficiadas. Não é por acaso, que o conceito de liberdade está no nome desta publicação. Boa leitura!



Foto: Cristiano Quintino

Pedro Moreira
Presidente

Índice

PAG 3: Editorial

PAG 4: Entrevista - Cooperativismo por Gilvando Sá Leitão Rios

PAG 8: Cidadãos Planetários

PAG 12: Ensaio Fotográfico - Célio Dutra

PAG 15: Esporte

PAG 17: Perfil - Marlise Matos

PAG 19: Serviço - Direitos Humanos

Entrevista

Cooperativa: uma prática experimentada e vivida

Gilvando Sá Leitão Rios tornou-se uma das mais importantes autoridades em cooperativismo no Brasil. É professor adjunto do curso de Sociologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), professor aposentado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e dedica-se à pesquisa nas áreas de cooperativismo, classes sociais, gestão associativa, políticas públicas, entre outras. Doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, França), já publicou diversos artigos e livros, como “O que é cooperativismo”, pela Editora Brasiliense. Abaixo, nesta entrevista exclusiva, Rios fala sobre cooperativismo no país.

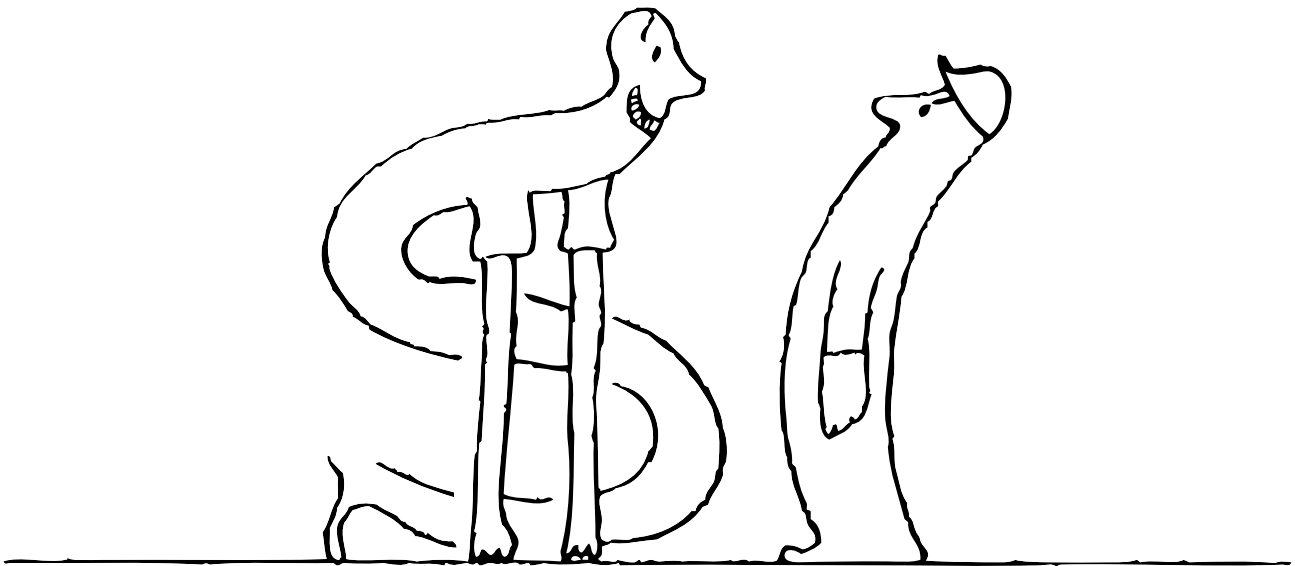
Em um artigo, o senhor afirma que “O conceito de cooperação só tem utilidade se não for pensado abstratamente”. Por quê?

O cooperativismo, como qualquer experiência social, só pode ser apreendido historicamente. Caso contrário, se cai na perspectiva idealista em que as ideias (boas ou más, progressistas ou reacionárias) estariam descoladas da realidade. A boa teoria, como a prática, mostra que não bastam os grandes princípios e as ideias generosas para a caracterização ou prática de determinadas experiências. Pelo contrário, eles servem muitas vezes para

a legitimação de situações de exploração e domínio. Nesse sentido, termos como democracia, socialismo, modernização e justiça social, muitas vezes, são utilizados, consciente ou inconscientemente, para camuflar interesses econômicos e políticos exatamente opostos aos princípios apregoados (...). O que vai realmente caracterizar uma experiência cooperativa, do ponto de vista sociológico, é a existência real de práticas cooperativas e de promoção socioeconômica. O sociólogo francês Henri Desroche sintetizou numa fórmula bem simples as características de uma cooperativa: propriedade, gestão e repartição cooperativas. São esses fatos, e não supostos valores e legislações outorgadas, que vão caracterizar concreta, e não abstratamente, o conceito de cooperação. Sobre esta contradição entre realidade jurídico-administrativa e realidade sócio-econômica, pesquisas recentes do sociólogo Jacob Lima sobre cooperativas de trabalho e terceirização industrial, por exemplo, mostram como a exploração se traveste, por vezes, em cooperativas formalmente legalizadas. Esse autor mostra como elas foram montadas, num contexto de precarização do trabalho, sobretudo para cortar custos trabalhistas. Por outro lado, essas experiências podem ocorrer sem que o termo “cooperativa” batize as mesmas e, no entanto, estaremos diante de autênticas experiências cooperativas, tanto no meio rural como urbano. Pesquisas empíricas atestam esse fenômeno em diversas regiões do país.

Cooperativismo é sinônimo de Economia Solidária?

Não, não são sinônimos, embora sejam correlatos em termos históricos e ideológicos. Historicamente, o cooperativismo surge na Europa do século XIX, no meio operário, como reação às condições de trabalho e de vida da época da revolução industrial, sobretudo na Inglaterra e na França. Na primeira, predominam as cooperativas de consumo; na segunda, as de produção operária industrial. Tanto na França quanto na Alemanha e na Bélgica se



O cooperativismo é uma associação de pessoas e não de capital

organizam também cooperativas de crédito e comercialização agrícola em função das transformações da antiga economia camponesa. A organização cooperativa precede a previdência social e a legislação trabalhista, tendo também, por vezes, um caráter político utópico de transformação do sistema. A contestação do sistema capitalista (ideológica e operacional) foi, inclusive, objeto de reflexões teórico-políticas de Karl Marx. A economia solidária é simultaneamente um movimento social e um ideário do final do século XX que surge no contexto da globalização, das transformações tecnológicas e técnicas na área da eletrônica. Também das comunicações com reflexos tanto qualitativos quanto quantitativos nas condições de emprego e relações de trabalho. Se o cooperativismo é filho da primeira revolução industrial, a economia solidária o é da terceira. E não por acaso, o cooperativismo vai constituir um tipo de empresa num contexto competitivo, enquanto a economia solidária, sem recusar esse modelo, se espalha em atividades de promoção socioeconômica, indo além do modelo de empresa autogerida. Dizer isso não implica em nenhum determinismo econômico ou tecnológico, desde que não sejam ignorados os componentes político-ideológicos de contestação e de utopia como instrumentos de mudança social, tanto do cooperativismo como da economia solidária. Podemos dizer, então, que a economia solidária constitui uma segunda vaga histórica de reação às condições de precarização geradas pelo capitalismo. Nesse sentido, engloba e procura ir além do modelo de organização cooperativa empresarial. Enquanto o cooperativismo tem um forte componente econômico-administrativo, a economia solidária se demarca em termos ideológicos como projeto de transformação social mais ampla.

O cooperativismo no Brasil tem características que o diferenciam do resto do mundo? Em caso afirmativo, quais são elas?

Sim, necessariamente na medida em que cada sociedade tem suas próprias especificidades históricas e culturais.

Quais são essas características?

À medida que nossa sociedade tem o “pecado original” da escravidão, (e aqui cabe lembrar o que fala José de Souza Martins no sentido de que a escravidão indígena, muitas vezes minimizada, chega até o século XVIII), o trabalho e o trabalhador (não estamos falando apenas do assalariado) são desvalorizados historicamente, diríamos mesmo, estigmatizados. Outra marca nossa é o histórico de colônia de exploração e não de povoamento. Mais uma vez cabe frisar que não se trata de determinismos, mas de condicionantes de um perfil do setor cooperativo primeiramente rural e só secundariamente urbano, ao contrário do perfil das sociedades da revolução industrial em que nascia uma classe operária com seus sindicatos e partidos. São histórias distintas a refletirem diferentes perfis cooperativos. Pode-se dizer que, no Brasil, o cooperativismo não tem raízes de militância e de contestação como ocorreu na Europa. Pelo contrário, o cooperativismo brasileiro, como movimento de elites, conservador, vai se localizar sobretudo no meio rural. O aparente caráter reformista do movimento se esgota nas pretensões de modernização agrícola. Entretanto, após a queda do regime militar, nos anos 80 e 90, são implementadas, a partir de movimentos sociais e organizações sindicais, cooperativas vinculadas à agricultura familiar no meio rural e também de trabalho no meio urbano, iniciativas se reclamando

da economia solidária. Em síntese, como outras instituições ou campos sociais (partidos políticos, igrejas, sistemas educacional, de saúde, de transportes etc.), a história econômica e política, assim como a correlação de forças entre as classes, diferenciarão nossa experiência cooperativa da de outras sociedades. Em geral, estranhamos isso porque nos apegamos ideologicamente à chamada doutrina cooperativa que nos fornece um modelo único idealizado (um “tipo ideal”?) de cooperativismo e perdemos de vista a variedade cultural, para o bem ou para o mal, das formas de cooperação econômica existentes, legalizadas ou não.

Quais os principais obstáculos à criação de cooperativas no país ?

O tipo de obstáculo irá variar em função do chamado público-alvo. Dependendo da classe social teremos problemas específicos. Em termos gerais, considero secundários (mas não inexistentes) os problemas de ordem política ou legal. Pensando em termo das classes mais desfavorecidas, apesar das aparências à primeira vista, os problemas culturais seriam mais relevantes porque colocam a questão dos valores políticos como cidadania e da crença em alternativas históricas face ao fatalismo conservador. O desafio está justamente em ir além da opacidade do cotidiano como projeto político. Com isso, não minimizo as questões econômico-financeiras, estas são incontornáveis, porém as mudanças sociais não são fruto mecânico das situações econômicas, mas, sobretudo, da revolução das mentalidades. Não se trata de cair no voluntarismo do “querer é poder”, mas de pôr em destaque o político como fator primordial das mudanças. À medida que o termo cultura pressupõe simultaneamente aspectos passivos e ativos, herança e iniciativas, estática e dinâmica, há uma série de condicionantes históricos (não só no passado mas também no presente) que pesam negativamente no que poderia se visualizar como uma cultura cooperativa. Cultura não pode, entretanto, ser encarada como uma qualidade fixa, permanente, positiva ou estigmatizada, uma herança bendita ou maldita, mas antes como um processo histórico em que práticas, valores e costumes são adotados, descartados, modificados, adaptados e valorizados. No caso das práticas e valores vinculados ao cooperativismo, há que se levar em conta a estrutura de classes preexistente, que em função de seus interesses específicos se mobilizarão ou não em função de determinados modelos associativos.

Você defende o financiamento do Estado às cooperativas? Por quê?

Sim. Essa pergunta reflete um preconceito de classe bem arraigado na nossa sociedade. Afinal, o Estado não é uma entidade à parte da sociedade, mas um prolongamento da mesma, uma “condensação de uma relação de forças entre as classes”, segundo Nicos

Poulantzas. Uma das funções legitimadoras do Estado (ele não pode ser apenas fiscal e repressor) é a de ser justamente indutor do desenvolvimento socioeconômico e regional. Ora, ninguém contesta nem se surpreende quando o Estado brasileiro via BNDES ou Banco do Brasil, ou ainda via incentivos fiscais (renúncia fiscal), financia grandes projetos (industriais, agropecuários, empresas dos meios de comunicação, projetos de infraestrutura, estádios de futebol ou mesmo planos de privatização), mas há sempre “um pé atrás”, ressalvas, questionamentos, quando se trata de financiamento de projetos sociais envolvendo, principalmente, as classes mais desfavorecidas e suas cooperativas. O incentivo creditício é não só necessário, mas justo socialmente, desde que operado com critérios. Não se trata do Estado assumir as iniciativas política e administrativamente, mas sim de incentivá-las, sem nenhum sentimento de culpa como são incentivadas as empresas não cooperativas (de pequeno, médio e grande porte).

De onde deve partir a criação de uma cooperativa?

De uma prática experimentada e vivida. Quando se fala em criação de cooperativas se tem muito no horizonte a sua formalização jurídico-administrativa. Num certo sentido, o meio se transforma no fim. Sempre defendi o que chamo de experiências pré-cooperativas, que podem desembocar ou não em empresas cooperativas do ponto de vista jurídico. Um exemplo notável e de êxito entre nós de empreendimento cooperativo de fato, mas não de direito é o Bruscor – Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda., situado em Brusque (SC). Trata-se de experiência sócio-empresarial não apenas autogerida com competência, mas envolvida socialmente com a comunidade de seu entorno e integrada a movimentos sociais, e à Rede de Economia Solidária. A questão não é ser cooperativa, é ser cooperativo.

Quais características devem ser comuns a uma cooperativa de sucesso?

Sendo uma cooperativa um empreendimento econômico de caráter solidário, as questões econômico-financeiras e sociais se soldam como uma questão única. Igualmente o individual e o coletivo devem se confundir na medida em que a empresa cooperativa nada mais é senão uma extensão, numa escala maior, das atividades econômicas individuais de seus sócios. Quando existe uma clivagem, isto é, uma separação de interesses e de entendimento entre a administração da cooperativa e a maioria dos associados, existe uma disfunção no sentido de que a cooperativa pode até ser uma empresa eficiente, mas em detrimento dos interesses dos associados, um agente de intermediação econômica a mais entre os cooperados e o mercado. A identificação com um projeto de construção econômica



Apesar de transportado do mundo europeu, o cooperativismo não é uma cópia e sim uma caricatura

coletiva como processo é básica. Se não houver esta identificação sócio-política, não estaremos diante de um empreendimento cooperativo, independentemente das formalizações burocráticas.

Como evitar o conflito de interesses entre os sócios?

A condição básica é que os interesses econômicos sejam similares. Não estou falando em nivelamento de diferenças individuais nem de idiosincrasias, mas de interesses corporativos ou de classe. De longa data sempre insisti (justamente pensando em situações concretas e não num cooperativismo abstrato) que as questões de classe e estratificação social devem ser levadas em conta. São coisas aparentemente elementares, mas, muitas vezes, se ignoravam essas diferenciações como se elas não existissem ou pudessem ser superadas pela ideologia da doutrina cooperativa, ou pela organização técnica. Ora, a experiência histórica mostra como a heterogeneidade social no interior de uma cooperativa conduz a privilegiar certas camadas ou categorias sócio-profissionais em detrimento de outras, tanto administrativa como economicamente. Do ponto de vista político e em termos de capital simbólico nem se fala.

É possível uma cooperativa de grande porte manter os princípios democráticos?

A questão da democracia não é uma questão de quantidade e de tamanho, mas de qualidade, e de valores. Obviamente, estruturas maiores, complexas e diversificadas pedem soluções e arranjos de comunicação, por exemplo, específicos, diversos de contextos menores em que as interações face a face predominam. Por outro lado, é bem sabido como em ambientes de extrema familiaridade cotidiana, muitas vezes o controle social se exerce de maneira bastante autoritária, patriarcal, de modo que tamanho reduzido de estrutura não é sinônimo nem garantia de comportamento democrático. Curiosamente, essa questão do desenvolvimento das cooperativas é vista como um óbice, uma contradição com o suposto caráter democrático das mesmas. Será que a ausência de participação (econômica e política) num grande empreendimento cooperativo não seria apenas uma forma diferente, talvez mais evidente dessa mesma ausência no seu embrião, como cooperativa menor? Nesse caso, a ausência de princípios democráticos apenas se manifestaria de modo mais evidente, as delegações operando já não mais informal e de viva voz, porém formalmente e de maneira burocrática. É uma hipótese.

Investimento econômico e social de mãos dadas em prol da juventude



8

O Conjunto Taquaril, situado na região leste de Belo Horizonte, tem uma população de mais de trinta mil habitantes. O Plano Global Específico (PGE) do conjunto, elaborado pelos técnicos da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), indicou como principais problemas da região: pobreza e exclusão social, violência, insalubridade ambiental, infraestrutura básica insuficiente, entre outros. De acordo com a prefeitura, a renda média de 88,5% dos moradores é de até três salários mínimos.

Nesse contexto de alto índice de risco social, em 2002, o então recém-criado Instituto Pauline Reichstul (IPR) escolheu o conjunto como região prioritária de sua atuação. Nesse ano, foram feitas reuniões com a comunidade, onde foi identificada como questão primordial a ser resolvida a falta de oportunidades de emprego, renda e profissionalização para os adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

O instrumento proposto pelo IPR para fazer frente a essa situação foi o investimento sistemático no empreendedorismo juvenil. Assim, surgiu o Programa Cidadãos Planetários, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local integrado e sustentável de comunidades desfavorecidas por meio de empreendimentos, qualificação profissional, trabalho e formação cidadã para jovens. Dividido em dois eixos – formação e empreendimento econômico –, a meta do Cidadãos Planetários era preparar jovens entre 14 e 25 anos da comunidade do Taquaril para o ingresso no mercado



de trabalho e criar estabelecimentos autossustentáveis cogерidos por eles. Assim como os demais projetos do Instituto, o Programa Cidadãos Planetários partiu dos recursos e potencialidades já existentes na comunidade. Desde o início, os beneficiados participaram de todo o processo de elaboração do Programa, acompanhando cada etapa de planejamento.

No dia 3 de setembro de 2003, foi inaugurado o primeiro empreendimento econômico solidário no bairro: a Pizzaria Cidadãos Planetários, em modelo delivery. A inauguração, em grande estilo, contou com show exclusivo do grupo Skank.

Já no primeiro ano de funcionamento, o Programa beneficiou de forma direta 38 pessoas e gerou 24 postos de trabalho na reforma e instalação da pizzaria, nas funções de pedreiro, marceneiro, vidraceiro, pintor, eletricista e jardineiro. Capacitou e empregou 14 jovens da comunidade nas funções de operador de caixa, garçons, copeiros, pizzaioli, ajudantes de cozinha, telefonista, segurança e motorista. O Programa também beneficiou de forma indireta outros moradores da região, disponibilizando um serviço de qualidade a custo reduzido e oferecendo um espaço de lazer e convivência para eles, uma vez que, em 2005, foi inaugurado o Espaço Cultural Planetários, também cogерido pelos jovens. O empreendimento, em seus quatro anos de funcionamento, buscou abrigar uma programação que levasse entretenimento e informação à comunidade local, contribuindo para o seu desenvolvimento cultural. Lá, foram realizadas apresentações artísticas e atividades de formação.

CAPACITAÇÃO

Sendo um dos eixos centrais do Programa, a capacitação era o primeiro passo dado pelos beneficiados. Realizados com a parceria do SEBRAE-MG, os cursos de formação tinham como objetivo levar aos jovens o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários, seja para a inserção no mercado de trabalho, seja para se tornarem sócios dos empreendimentos.

Partindo da premissa de que o mercado atualmente exige um profissional multidisciplinar, os cursos incluíam aulas práticas e teóricas divididas em três grandes áreas: técnica, gestão e desenvolvimento pessoal. A área técnica englobou cursos de pizzaiolo, garçom e teletendente.

Os jovens escolhidos para serem sócios dos empreendimentos solidários ainda eram acompanhados por um consultor do SEBRAE-MG por aproximadamente quatro meses. A cada seis meses, os beneficiados eram monitorados pelo Instituto. Aqueles que ainda não estavam encaminhados eram conduzidos ao mercado de trabalho e recebiam auxílio na montagem de currículo.

MULTIPLICAÇÃO

Pouco tempo após sua criação, o Programa foi escolhido pela Inter-American Foundation (IAF), ou Fundação Interamericana, para ser uma das iniciativas por ela financiada (leia mais na página 11). Com o sucesso da Pizzaria Cidadãos Planetários, aberta no Taquaril, o objetivo

*Uma idéia que começa
com pizza termina com
um futuro melhor
para muita gente.*



**TeleEntrega
3487-0093**

**Estrada dos Borges, nº 300, bairro Jardim Vitória.
Funcionamento de terça a domingo das 18h às 24h.**

nesse momento era replicar o Programa para as comunidades do Jardim Vitória, na região nordeste de Belo Horizonte, e do Bairro da Lagoa, em Venda Nova, também áreas de alto risco social.

Durante a implementação do Programa nessas regiões, alguns obstáculos se sobrepuseram à ação e as duas novas pizzarias não foram bem-sucedidas. Um diagnóstico apontou como principais motivos desses resultados a ausência de um planejamento que estabelecesse objetivos e indicadores de desempenho; a inexistência de um plano de marketing; as condições adversas das regiões, como violência e

tráfico de drogas; entre outros problemas. Diante disso, o Programa foi reformulado. Entre os principais ajustes sofridos, o Cidadãos Planetários passou a investir ainda mais em capacitação, estimulou a participação das famílias nos empreendimentos e passou a aceitar jovens de 16 a 23 anos egressos de centro de internação, abrigo ou que estavam cumprindo medida socioeducativa, encaminhadas pelo Conselho Tutelar.

Dentro dessa nova perspectiva, no início de 2010 foi aberta, no Bairro Planalto, mais uma Pizzaria Cidadãos Planetários, pronta para alcançar o mesmo sucesso do Taquaril.



Além da Fundação Interamericana, o Programa Cidadãos Planetários também contou com o patrocínio do Instituto Unibanco e com o apoio da Adere Consultoria e Educação Empresarial, da Estata Empreendedorismo e Inovação e do Bouquet Garni.

RESULTADOS

Ao mobilizar atores da sociedade civil para oferecer oportunidades de trabalho e renda aos beneficiados, o Programa Cidadãos Planetários contribuiu para a transformação de jovens das comunidades atendidas em empreendedores e para a sua inserção no mercado de trabalho. Ao longo de seus quase sete anos de existência, o Cidadãos Planetários beneficiou cerca de 1.500 pessoas.

APOIO AOS MELHORES

A Inter-American Foundation (IAF), ou Fundação Interamericana, é um órgão independente do governo dos Estados Unidos que oferece doações a organizações não governamentais e de base comunitária da América Latina e do Caribe que realizam programas inovadores, sustentáveis e participativos. De acordo com a representante da IAF para o Brasil, Amy Kirschenbaum, ao longo dos quase quarenta anos em que a instituição atua no país, mais de 400 projetos já foram apoiados, entre eles, o Cidadãos Planetários. Ela ressalta que o grande desafio que o IAF enfrenta hoje é a quantidade de iniciativas que pleiteiam recursos. “Temos muita demanda, a concorrência é forte, e recursos limitados. Apoiamos os melhores dos melhores”, explica ela.

Ensaio Fotográfico

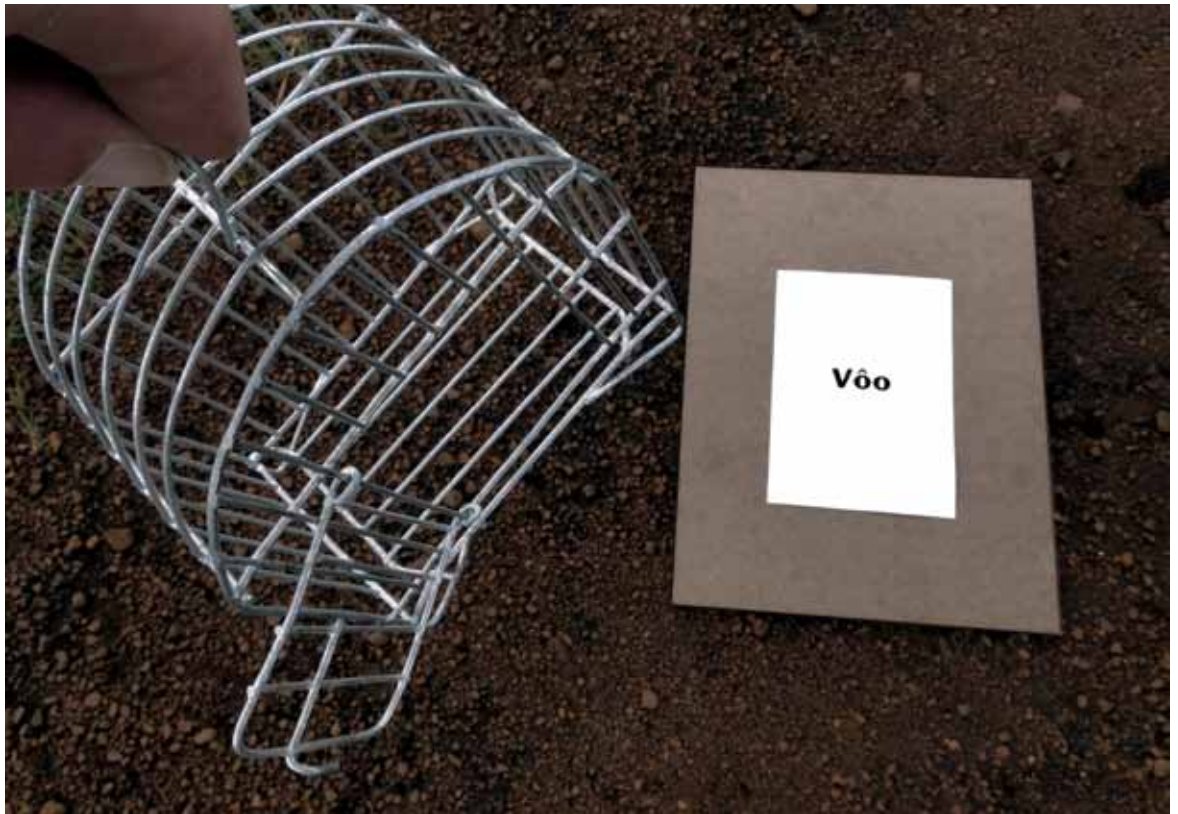
Célio Dutra



Este ensaio se chama “Imaginada”, e foi produzido exclusivamente para a revista Liberto. Nele, me propus a fotografar a palavra, buscando um recurso natural para a literatura e estranho para a fotografia – o estímulo à imaginação pela palavra. Na conjugação entre imagens da gaiola e das palavras das ações do pássaro libertado, tento proporcionar ao leitor a possibilidade de uma revisão crítica da saturação de imagens dos dias atuais, da questão da

liberdade de criação (sobretudo a respeito da estética adotada) e do estímulo à imaginação pela palavra. Além disso, esse “Imaginada” conecta o conceito libertário da revista com a libertação do pensamento criativo. Nessas imagens, o leitor tem a liberdade para imaginar o que desejar – o tipo de pássaro, a imagem do voo, o som do canto... Liberdade para (re)ver a fotografia!





Para além do exercício

Como o esporte pode se tornar um importante aliado na inclusão social

Que fazer esportes influencia diretamente na saúde, já se sabe há muito tempo. De alguns anos para cá, no entanto, a visão sobre os benefícios da prática esportiva vem se ampliando. O esporte entrou, definitivamente, na agenda dos projetos sociais, mostrando-se incrivelmente eficaz na prevenção da criminalidade, da violência e do uso de drogas, principalmente entre crianças e jovens oriundos de áreas de alto risco social.

De acordo com o coordenador técnico do Gol Brasil – projeto da Alfa Consultoria Esportiva – e professor de educação física do Colégio Santo Antônio, Maurício Marques (também conhecido como Chopinho), o primeiro benefício que os jovens recebem de um projeto socioesportivo é o sentimento de pertencimento. “O grande desafio é fazer os jovens de classes sociais mais vulneráveis se sentirem parte de um grupo. Essa é a primeira ação de inclusão concreta, independente do nível de habilidade. Isso porque a mensagem que esse jovem recebe é que ele está sempre excluído da sociedade”, explica ele.

Dado o primeiro passo da integralização, outras habilidades começam a ser desenvolvidas a partir da prática esportiva, tais como capacidade de formação de equipe, respeito à hierarquia, disciplina, liderança, solidariedade, justiça, entre outras. Sendo assim, capaz de transformar histórias de vida dos jovens participantes, a criação de um projeto ou programa socioesportivo gera também benefícios para as famílias e para toda a comunidade que o recebe. É o que Marques chama de habilidades transferíveis, uma vez que os jovens transferem para a vida cotidiana,

para a casa e para a escola, essas aptidões adquiridas.

Para potencializar esse impacto positivo nas famílias e nas comunidades, Marques defende que os projetos envolvam pais e amigos dos beneficiados. “Pais e amigos têm que ser afetados. Os projetos têm que ir para dentro dos lares e convidar os pais a terem uma atuação. Projetos socioesportivos não podem se limitar aos campos e quadras. O esporte é um instrumento de envolvimento das comunidades, um veículo para entrar nessas comunidades”, diz ele.

OBSTÁCULOS E SOLUÇÕES

Ao lado de tantas vantagens, o empreendimento de um projeto socioesportivo pode esbarrar em obstáculos gerenciais, financeiros e até culturais, dependendo da comunidade beneficiada. De acordo com a pesquisa “Esporte Educacional: a adesão dos sujeitos das camadas populares”, realizada pelos professores e especialistas em Educação Física Hugo Lovisolo e José Antônio Vianna e que analisou um universo de mais de seis mil participantes, 80% dos praticantes abandonam as atividades durante o primeiro ano. Como principal motivo dessa evasão eles apontam, principalmente, o descompasso entre os objetivos socioeducacionais dos projetos e as expectativas dos jovens, que ficam frustrados com a “inexistência de competições esportivas internas e/ou externas e com o pequeno desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades esportivas, com consequente diminuição das possibilidades de formação profissional”. A pesquisa afirma que “a atividade física orientada era vista pelos sujeitos como uma opção de entretenimento com finalidade utilitária ou de formação profissional e diante de um contexto escolar que oferece oportunidades restritas às camadas sociais que frequentam as escolas públicas”. Outros fatores identificados são a mudança dos alunos para o ensino médio, gravidez precoce e a necessidade de ajudar na renda familiar.

Sendo assim, os gestores de projetos socioesportivos devem estar preparados para lidar com as crenças locais e com as expectativas dos indivíduos. Tais expectativas são construídas e alimentadas pela ideia de que o esporte é um caminho fácil – e, por vezes, o único – para pessoas de baixa renda “subirem na vida”. Marques não rejeita a formação como um objetivo secundário de projetos dessa natureza. “O objetivo principal tem que ser a inclusão social – educar por meio do esporte. Quando um talento é identificado, no entanto, ele deve ser direcionado e, às vezes, encaminhado para outra instituição. Um objetivo não atrapalha o outro: os dois devem andar juntos”, diz ele.

Além disso, muitas crianças e jovens que participam desses projetos necessitam de acompanhamentos específicos. Por isso, Marques ressalta que quanto mais assistência profissional – como psicólogos, fonoaudiólogos, dentistas, pediatras etc. –

em uma perspectiva multidisciplinar, melhor para o projeto. É também desejável que sejam fornecidos lanches e transportes.

Por fim, os projetos socioesportivos não podem carecer de profissionais qualificados, gestores competentes e planejamento estratégico que possibilite a sustentabilidade da ação. A experiência da utilização do esporte como ferramenta de inclusão social, quando ultrapassa seus principais obstáculos, tem como resultado a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para conquistar o seu lugar no mundo.



LEI DO INCENTIVO AO ESPORTE

Ações e projetos socioesportivos ganharam mais um estímulo, em 2007, com a criação da Lei de Incentivo ao Esporte (11.438/06). Regulamentada pelo Decreto 6.180-07, essa lei permite que pessoas físicas e jurídicas possam fazer doações ou patrocínios a projetos desportivos e paradesportivos com desconto no Imposto de Renda, sendo 6% para pessoas físicas e 1% para pessoa jurídica. Parte dos recursos via Lei são destinados ao esporte educacional, resultando em oportunidades a jovens que, muitas vezes, não têm acesso a um número variado de modalidades esportivas. “A Lei ainda é subaproveitada por parte das empresas e também da sociedade. Daqui a um tempo acho que o esporte, tanto educacional quanto o de alto rendimento, será entendido como antes e depois da Lei de Incentivo”, diz o coordenador técnico do Gol Brasil, projeto da Alfa Consultoria Esportiva, e professor de educação física do Colégio Santo Antônio, Maurício Marques.

Apenas em 2009 os projetos aprovados pela Lei de Incentivo conseguiram captar R\$ 106,2 milhões, o que representa um aumento de 29,2% em relação ao período de 2008. De acordo com o Ministério do Esporte, o mecanismo beneficiou diretamente dois milhões de pessoas no ano passado, entre atletas, trabalhadores e profissionais do esporte.

Uma questão de gênero

Uma conversa com Marlise Matos



Arquivo pessoal

saber exatamente do que se tratava esta publicação e fez cara de desconfiada. Um veículo institucional, mas que pretende levar conteúdo relevante e de qualidade para os seus leitores, talvez soe realmente um pouco fora do comum. O leve desconforto logo se dissipou com os sorrisos largos e a fala generosa da entrevistada. Para cada pergunta, uma aula de história, sociologia, política e paixão.

A entrevista, convertida em um entusiasmado bate-papo, começou com uma explicação detalhada da história e do trabalho do Nepem, que neste ano completa 26 anos de existência. “É um dos poucos núcleos que tem um projeto tão longo dentro da universidade e surgiu em um momento muito específico da história do município. São Paulo tinha criado o primeiro Conselho Estadual da Mulher e a questão do enfrentamento da violência contra a mulher ganhava uma visibilidade nacional muito forte com a campanha quem ama não mata. O então governador, Tancredo Neves, achou importante a criação de um conselho também em Minas Gerais. Ainda que houvesse uma demanda por institucionalização, o movimento feminista não estava preparado. O Estado era visto como patriarcal e existiu uma dificuldade dessas mulheres de irem para dentro dele. Elas tinham medo de serem cooptadas”. As mulheres, então, foram para a academia. O Nepem, portanto, tem essa origem em um contexto que Marlise define como “tenso”, para ser uma instância de diálogo com o governo. “O Núcleo nasceu em uma estrutura muito privilegiada e com um caráter interdisciplinar. Um centro de excelência na discussão e enfrentamento da violência contra a mulher, formava os técnicos das delegacias de proteção à mulher”.

Marlise entrou para a coordenação do Nepem em 2003. Estava disposta a enfrentar uma difícil missão: levar a questão de gênero para dentro da Ciência Política. “Na Ciência Política, trata-se de uma temática residual e marginal. Das Ciências Sociais, ela é a mais masculinizada e patriarcal. Havia muito desinteresse e até uma certa desqualificação. Aí eu pensei: ‘então é aqui mesmo que vamos ficar’”. Essa declaração é emblemática da personalidade dessa pesquisadora, que rejeita o rótulo de cientista e diz-se “militante”, com orgulho e sem falsos pudores.

“Podemos deixar essa entrevista para o ano que vem? Estou em uma correria...”, perguntou Marlise Matos (na certidão: Marlise Miriam de Matos Almeida). Não é para menos. Chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, a psicóloga, mestra em psicanálise e doutora em sociologia, também acumula as funções de coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher (Nepem) e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero (CIFG), ambos da UFMG, e é figura certa em seminários e encontros em todo o país e na América Latina sobre o tema. Como correria, no entanto, faz parte da sua vida, Marlise rapidamente mudou de ideia e concordou em nos receber em uma terça de manhã em seu gabinete, no quarto andar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Os trinta minutos de atraso da entrevistada foram justificados – “minha filha entrou de férias”. Sim. Como quase todas as mulheres do país, Marlise também faz jornada estendida, sendo profissional e mãe dedicada. Essa inicial suposição da repórter foi confirmada pelas várias fotos da filha em sua sala, pelas citações a ela durante a entrevista – “uma líder em sua escola, e é isso que eu quero que ela seja” – e pela, já mencionada, justificativa para o atraso. Antes de começar, Marlise quis

Sob sua coordenação, o Nepem foi reestruturado. Dos vários projetos e estudos já empreendidos pelo Núcleo, Marlise cita o curso de “Capacitação Político-Feminista para Mulheres Líderes” e as pesquisas “A Política na Ausência das Mulheres: Um Estudo sobre Recrutamento de Mulheres e Partidos Políticos no Brasil” e “Construindo e Solidificando Informações sobre a Violência de Gênero no Âmbito Doméstico e Conjugal no Consórcio Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte”. Por esta, que criou uma metodologia única de coleta e armazenamento de dados sobre a violência de gênero no âmbito doméstico nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem e Sabará, o Nepem ganhou, em 2010, o prêmio de “Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha”, concedido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência da República.

Entusiasta do programa Universidade Aberta do Brasil (1) e da Rede de Educação para a Diversidade (2), ambos voltados para a formação de profissionais de educação, Marlise também menciona o curso “Gênero e Diversidade na Escola: Formação Continuada de Professores/as e Gestores/as de Educação em Gênero, Raça/Etnia e Orientação Sexual na Modalidade à Distância”. “As escolas são polos de multiplicação para todos os tipos de preconceito, por isso, a Rede de Educação para a Diversidade, que trabalha temáticas transversais como gênero, raça e orientação sexual, que não estão no currículo dos cursos tradicionais. Replicamos em Minas Gerais para cinco polos, mas existe muita dificuldade para dialogar com o governo do estado”. Com uma postura crítica em relação à política estadual para os direitos humanos, Marlise conta que no Encontro de Educação em Direitos Humanos promovido pelo Ministério da Educação, Minas Gerais foi um dos cinco estados que não apresentou um plano de ação.

Neste ano, o Nepem também abriu o curso de “Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça”, voltado para gestores públicos, conselheiros, presidentes e coordenadores de órgãos da sociedade civil. “Tivemos 2.800 inscrições para 500 vagas. Acertamos plenamente na concepção e na ideia”. À pergunta leiga do porquê de se unir gênero e raça, Marlise responde enfática. “Esses eixos são transversais – gênero, raça, sexualidade e a questão étnica. Ninguém é só uma mulher, é só negro. E os regimes de opressão têm mecanismos semelhantes. A tendência é não separar gênero e raça de jeito nenhum! A crítica à primeira onda do feminismo é que era um feminismo de mulheres brancas. Se você criar especialistas, o olhar dessa pessoa está manco, enviesado. Estamos vivenciando um processo de criminalização dos movimentos sociais – o MST, o movimento quilombola, o movimento pela moradia urbana. A união é também uma estratégia de sobrevivência. Então porque não tem sexualidade? Porque ainda é um tabu. Traria um grau de dificuldade para o curso que poderia inviabilizar sua realização”.

Como não poderia deixar de ser, a conversa abordou também a questão da representatividade política das mulheres. “É um problema que não tem uma solução única. Criamos ações afirmativas, como as cotas, mas se você não mexe nas estruturas partidárias, não cria sanções para os partidos, não tem efeito. No entanto, a estrutura institucional é um obstáculo, mas não pode ser entendida como o único. Não adianta mudar só a as instituições, a socialização da mulher ainda é muito conservadora. É a coisa quantitativa simplesmente não garante nada. Apenas a presença física e quantitativa das mulheres não é suficiente, mas ela é necessária. Sem isso também, a gente não tem uma democracia efetiva”.

Em relação à eleição da primeira mulher presidente do país, Marlise mostra-se otimista. “No Brasil, não temos estudos sobre isso, mas todas as pesquisas no mundo têm mostrado que as mulheres trazem uma perspectiva do mundo que é diferente dos homens. Não estou falando de essência. Não acredito que exista essência, mas há uma socialização das mulheres para o cuidado e, quando elas chegam ao poder, trazem essa questão do cuidado. Em todos os países, as mulheres se preocupam com saneamento básico. Saneamento básico não é obra monumental, está debaixo da terra, não rende dividendos eleitorais, mas é um foco preferencial para as mulheres. Reitero que não acredito em natureza feminina, mas as mulheres vivem um processo de socialização diferenciado desde o nascimento”. Para Marlise, diferentemente de 1984, quando o Nepem foi criado, hoje as mulheres não têm mais receios de ir para o Estado. “Na América Latina temos duas outras ondas feministas que deveriam ser acrescentadas ao processo, a onda de redemocratização, quando o feminismo teve um protagonismo gigantesco, mas o Brasil foi sequestrado de sua memória por conta da nossa elite política que não nos permite lembrar. E acho que estamos vivendo uma quarta onda, um processo claro de institucionalização. As mulheres estão indo para dentro da máquina do Estado”.

Para finalizar, Marlise analisou a questão em Belo Horizonte. “Beagá teve um processo muito rico, e em construção, de uma rede de políticas sociais – e é exemplo para o mundo. Entramos na questão das políticas sociais que são inúmeras, efetivas e eficazes, mas a cidade é cega para gênero, sexualidade e questão racial, mesmo nos projetos petistas”.

Foram quase duas horas de conversa, tempo precioso que ela, gentilmente, nos cedeu. Ao final, uma moça já a esperava para outra reunião. Final de ano é correria para todo mundo, ainda mais para as mulheres brasileiras que são profissionais e mães dedicadas.

Essa entrevista foi concedida em dezembro de 2010.

(1) A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior por meio do uso da metodologia da educação à distância. O público-alvo são os profissionais da educação básica dos estados e municípios.

(2) A Rede de Educação para a Diversidade (Rede) é um grupo permanente de instituições públicas de ensino superior dedicado à formação continuada de profissionais de educação. O objetivo é disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da diversidade no cotidiano das salas de aula.

Utilidade Pública

Minas Gerais é terra de Frei Betto, Helena Greco e dos já falecidos Darcy Ribeiro e Herbert de Souza, o Betinho. Além do estado em que nasceram, todas essas figuras têm em comum o fato de terem se engajado na luta contra a ditadura militar no Brasil. Assim como outros vários mineiros, foram todos árduos defensores dos direitos humanos e sofreram consequências por isso. Se com a redemocratização já não vivemos mais o horror do Estado como algoz de sua população, a violação dos direitos humanos, principalmente no que concerne aos atores sociais mais vulneráveis, ainda é questão que merece atenção tanto no Brasil quanto em Minas Gerais. Abaixo, seguem informações de duas entidades localizadas em Belo Horizonte, que atuam nos âmbitos municipal e estadual, recebendo e encaminhando denúncias de desrespeito aos direitos humanos:

Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte (CMDH)

Organismo pioneiro no Brasil, tem como objetivo coordenar, elaborar e implementar políticas públicas voltadas para a defesa, promoção e garantia de direitos. Para isso, além de trabalhar com educação em Direitos Humanos, atua no enfrentamento à violência e na promoção dos direitos do segmento GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais). A partir de um convênio com o Governo Federal, foi implantado o Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania GLBT, com o objetivo de combater a violência e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. O atendimento é feito por profissionais da área de serviço social, psicologia e direito.

A CMDH coordena, também, o Grupo Técnico de Violência Doméstica, que integra diferentes órgãos da PBH com o objetivo de formular, acompanhar e compartilhar ações de enfrentamento e prevenção à violência.

Endereço: Rua Espírito Santo, nº 505 - 11º andar - Centro.
 Telefone: (31) 3277-6908
 E-mail: cdhuman@pbh.gov.br
 Horário de Funcionamento: segunda a sexta-feira, das 9h às 17h

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CONEDH-MG)

Criado em 1987, tem como principal objetivo aplicar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, combatendo todas as formas de violência, abandono e discriminação do ser humano. É obrigação do Conselho apurar e dar encaminhamentos às agressões praticadas por agentes do poder público e preservar a integridade física, moral e psicológica de quem está sob a custódia ou tutela do Estado, bem como combater discriminações por questão de raça, sexo, religião ou condição socioeconômica. As denúncias de agressão policial ou de qualquer outra autoridade são mantidas em sigilo, mantendo-se, assim, a integridade do denunciante.

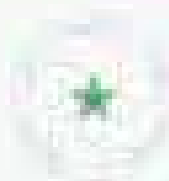
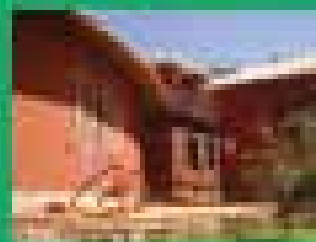
Endereço: Rua da Bahia, nº 1.148 - 3º andar - sala 322 (Edifício Arcângelo Maleta)
 Telefone: (31) 3224-6967
 E-mail: conedh@social.mg.gov.br
 Horário de Funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Anote também:

Disque Denúncia – 181
 Disque Direitos Humanos – 0800 31 11 19
 Secretaria Especial dos Direitos Humanos -
 (55 61) 2025-3536 / 3454 /3106

Pensar em um mundo melhor é um papel de todos nós.

A BIOHABITATE acredita na força da união para ajudar a transformar a vida das pessoas. Seja com projetos arquitetônicos de baixo impacto ambiental ou na possibilidade de desenvolver um mundo com mais sustentabilidade e saúde, o importante é buscar soluções eficazes no mesmo pensamento: sempre melhorar.



BIOHABITATE
Associação Brasileira de Arquitetos Ambientais

(31) 3315-6255 | 9823-6255
www.biohabitato.com.br